



Cataguases, 24 de maio de 2023

À

Prefeitura Municipal de Cataguases - MG

E-mail: pregaocataguases@gmail.com

Ref.: Processo licitatório nº 103/2023

Pregão Eletrônico nº 041/2023

Pedido de Esclarecimentos Itaú Unibanco n.º 01

Prezados Senhores,

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrito no CNPJ sob n. 60.701.190/0001-04, sediado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n. 100, Torre Olavo Setúbal, São Paulo/SP, CEP 04344-902, por seu representante legal abaixo identificado, na qualidade de interessado em participar da licitação em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de V.Sas solicitar esclarecimentos sobre o Edital, conforme segue.

DO FUNDEB:

01) Para fins de cumprimento da Lei nº 14.113/2020, pedimos a confirmação de que os recursos do FUNDEB serão repassados da conta única e específica, vinculada a referido Fundo na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S.A., para conta específica mantida pelo ente federativo no banco pagador/vencedor do certame, para processamento exclusivamente do arquivo da folha dos servidores vinculados ao FUNDEB.

CONSIGNADO

02) O edital prevê que a licitação envolve a concessão, sem exclusividade, da linha de mútuo aos servidores denominada “empréstimos consignados”, sendo assim questionamos:

a) É correto afirmar que o banco vencedor poderá oferecer empréstimos consignados caso tenha interesse, não sendo obrigado a isso, já que esta modalidade de empréstimo por regra do CMN/Bacen é prestada sem exclusividade?

b) A instituição financeira vencedora possuirá exclusividade de ocupação das dependências do órgão para a realização das ofertas de empréstimo consignado?

c) Para melhor análise da oportunidade, solicitamos informar a distribuição da Carteira de Consignado da seguinte forma:

PRAZO DE CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE DE CONTRATAÇÕES	SALDO TOTAL DE CRÉDITO TOMADO
Até 99 meses		
De 100 a 120 meses		
De 120 a 144 meses		

DA CONTA CORRENTE/CONTA SALÁRIO:

03) Tendo em vista que o serviço ora licitado é amplamente regulado pelo Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil (p.ex. Resoluções 5.028/22 e 3.919/10), está correto o entendimento de que se aplicam integralmente as regras trazidas pelos normativos do CMN/BACEN, ou seja, caberá aos empregados a opção entre a abertura de conta corrente ou conta salário (não sendo aberta conta poupança) junto ao banco contratado para recebimento de seus vencimentos, bem como que a Prefeitura processará o pagamento apenas destas formas (não sendo utilizados DOC, TED, Ordem de Pagamento, cheque etc.)?

04) Se o empregado desejar contratar uma conta corrente, a negociação dos produtos e serviços bem como das tarifas será livremente pactuada entre o Banco e o cliente, respeitadas as regras emanadas pelo CMN/BACEN quanto à padronização de literais e isenções tarifárias?

ESTRUTURA

05) Com a RESOLUÇÃO BACEN n.º 5.028/22, a conveniência disponibilizada aos clientes influenciará diretamente na escolha, por parte deles, da instituição financeira com a qual manterão relacionamento. Em outras palavras: se a vencedora do certame tiver exclusividade na ocupação de espaços para instalação e funcionamento de Agência, PAB ou Caixas Eletrônico, o valor da proposta a ser apresentado à Prefeitura poderá ser sensivelmente alterado. Caso contrário (se outras instituições financeiras forem mantidas nas dependências municipais), a proposta poderá ter valor inferior.

Diante disso, **indagamos: o banco vencedor da licitação será a única instituição a possuir instalações físicas (Agência/PAB/caixa eletrônico) e promover ações/campanhas para venda/comercialização de produtos financeiros aos servidores em todas as dependências municipais durante toda a vigência do contrato?**

06) Está correto o entendimento de que o ônus para a ocupação dos espaços – instalação dos três caixas eletrônicos – já está incluído no valor mínimo previsto no edital/no valor da contratação oriundo da melhor proposta na etapa de lances?

Se não, por gentileza, explicar.

07) Está correto o entendimento de que os Caixas Eletrônicos “quantidade, na forma (...) nos locais indicados pela Prefeitura” previstos no subitem 8.1 do Termo de Referência são os mesmos previstos no subitem 8.3 do mesmo anexo?

Se não, por gentileza, explicar.

VIGÊNCIA CONTRATUAL

08) A cláusula sexta da minuta contratual e subitem 12.2 do Termo de Referência mencionam que o prazo de vigência contratual será de 60 (sessenta) meses (assim como foi celebrado, em 2018, o contrato atualmente vigente com o Itaú Unibanco).

Entretanto, o subitem 15.11 do edital menciona que “o contrato terá a vigência por 12 meses, a partir da data de assinatura do mesmo”.

Solicitamos confirmar o entendimento de que a vigência do novo contrato resultante da licitação em epígrafe será de 60 (sessenta) meses.

09) Considerando que o contrato com o Itaú Unibanco S/A – atual prestador do serviço ora licitado – está vigente até 02/07/2023 e visando a segurança jurídica que o negócio requer, solicitamos confirmar o entendimento de que a vigência contratual de 60 (sessenta) meses iniciar-se-á após o término do contrato atual.

ASSINATURA DO CONTRATO

10) Considerando que as instituições financeiras são grandes conglomerados, e que, geralmente, sua representação legal se dá por meio de Diretores estatutários, os quais têm domicílio profissional nas respectivas sedes, e quaisquer providências administrativas, tais como a assinatura e pagamento de contratos de grande vulto econômico dependem de autorizações internas, solicitamos a gentileza de confirmar o entendimento de que o prazo para assinatura do contrato seja de 10 (dez) dias úteis contados da convocação.

PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11) a) Em atenção ao subitem 8.2.1 do edital, a proposta deverá ser inserida apenas no campo numérico na plataforma do Compras Governamentais ou participante também deverá fazer o upload de um arquivo com a proposta, mas sem qualquer identificação?

b) A proposta inicial que será cadastrada em capo específico (número) na plataforma de Licitação deverá ser o VTO – Valor Total Ofertado ou LC – Lance Apresentado no Comprasnet

12) O subitem 10.15.3.2 do edital exige a apresentação de determinados índices contábeis **como forma de comprovação de boa situação financeira da participante.**

Ocorre que:

- **As instituições financeiras devem respeitar o chamado ‘Acordo Internacional da Basiléia’,** conforme Resolução 2.099 do Banco Central do Brasil, o qual traça uma série de regras e controles a fim de medir e minimizar os riscos de pagamentos. Portanto, a forma de medir a saúde financeira das instituições financeiras é através da comprovação de atendimento ao Índice da Basiléia superior a 8,635% (exigido pelo BACEN);
- O Índice de Basileia é comprovado de maneira cabal, inclusive, pelo Site do Banco Central do Brasil, no seguinte link: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>;
- Tecnicamente, tal cálculo até possa ser abstraído dos balanços das licitantes, não é a forma correta de mensurar a ‘saúde financeira’ de instituições financeiras;

- Ainda, o edital já prevê outra forma de comprovação da saúde financeira dos participantes que é a demonstração de patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor da licitação.

Sendo assim, **para que seja possível a participação de instituições financeiras no certame e para que o edital esteja em conformidade com os normativos do Banco Central do Brasil, está correto o entendimento** subitem 10.15.3.2 do edital **considerar-se-á cumprido com a comprovação do Índice de Basileia e do patrimônio líquido?**

13) Considerando que o quadro de gerentes e seus telefones das agências bancárias é extremamente dinâmico, solicitamos, por gentileza, a dispensa dessas duas informações na declaração prevista no subitem 10.15.4.2 do edital.

CORREÇÕES DE IRREGULARIDADES E ACESSO À CONTRATADA

14) Em atenção ao subitem 8.6 do Termo de Referência, está correto o entendimento de que o prazo para boa execução do futuro contrato necessária será razoável, de maneira a considerar a complexidade dos eventuais vícios, defeitos ou incorreções das estruturas?

ISENÇÃO DE TARIFA

15) Está correto o entendimento de que o serviço de processamento e liquidação da folha do funcionalismo público municipal dar-se-á por meio de crédito em conta bancária de titularidade dos respectivos beneficiários e que, portanto, a isenção de cobrança de tarifas para o Município restringe-se a esta hipótese de prestação de serviço, não abrangendo outras formas e/ou serviços correlatos (p.ex.: fechamento de câmbio, arrecadação de tributos, serviços esses disciplinados por contratos específicos)?

FLOATING

16) Considerando que a prática adotada pelo mercado é a transferência da Prefeitura ao banco vencedor dos recursos financeiros referentes ao pagamento dos servidores com, pelo menos, 1 (um) dia útil de antecedência, a fim de que sejam realizados testes e simulações para a execução do “arquivo de pagamento”, questionamos:

Está correto o entendimento de que a Prefeitura repassará ao contratado os recursos necessários ao processamento da folha com, pelo menos, 1 dia útil de antecedência da data determinada para crédito nas contas salários dos servidores?

PRODUTOS ESPECÍFICOS:

17) O item 9.1.b do termo de referência dispõe que o banco vencedor deverá garantir o desenvolvimento de produtos específicos para os empregados, em especial: empréstimos – inclusive em conta corrente, financiamentos e investimentos; condições especiais de cobrança de juros do cheque especial e que deverão ser especialmente competitivas.

Ocorre que tal previsão não condiz com o objeto ora licitado, ou seja, o processamento da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura.

Ademais, cada cliente tem um perfil e um volume de transações próprio com seu banco, o que é levado em consideração pelas instituições financeiras para a fixação de valores de tarifas e concessão de benefícios/produtos, ou seja, quanto maior é o relacionamento com o banco, maior é o pacote de serviços/produtos que o cliente/servidor terá acesso.

A Prefeitura, ao determinar como obrigação da contratada garanta o desenvolvimento de produtos específicos torna a obrigação de difícil execução, inclusive, no que diz respeito à fiscalização quanto ao cumprimento do contrato pela própria Prefeitura, isto porque, não é possível mensurar durante 60 meses quais são os serviços/produtos disponíveis.

Sendo assim, está correto o entendimento de que a referida obrigação será dispensada?

Pedimos a exclusão do referido item na minuta contratual.

SISTEMA DE PAGAMENTO (SISPAG)

18) Com relação ao subitem 4.10.1.g da minuta contratual, está correto o entendimento de que a Prefeitura adotará o sistema de pagamento da Instituição Financeira vencedora do certame?

19) Com relação ao subitem 2.5 do Termo de Referência, é importante ratificar que, na sistemática atual, o município envia os arquivos e, na eventualidade de detectar a necessidade de exclusão ou inclusão de novo pagamento, procede o cancelamento do arquivo antes do seu processamento. Não existe, assim, a possibilidade de envio de um arquivo e 'edição' para manter um pagamento contudo bloqueá-lo para 'créditos futuros'.

Neste sentido, está correto o entendimento de que os bloqueios e desbloqueios serão supridos através da exclusão ou inclusão de pagamentos no arquivo a ser processado pelo SISPAG – sistema de pagamentos?

BASE DE DADOS DOS SERVIDORES

20) Solicitamos confirmar o entendimento de que o Contratante enviará à Contratada a base com informações preliminares dos servidores para o processo de abertura de suas contas, acrescidas das informações de vínculo e cargo.

21) Solicitamos confirmar o entendimento de que o Contratante enviará à Contratada a cada 6 meses a base com informações preliminares dos servidores para o processo de abertura de suas contas, acrescidas das informações de vínculo e cargo.

22) O subitem 9.1.h do Termo de Referência menciona que a Contratada deverá fornecer:

h.3.) Demonstrativo mensal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, por servidor, dos pagamentos, através de conta corrente, devolvidos mediante bloqueio **ou ausência de saque no prazo de 30 (trinta) dias**, informando, por mês de competência, nome, registro funcional, CPF e valor;

h.4.) Demonstrativo mensal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, por servidor, sinalizando as contas correntes que **não apresentaram movimentação no prazo de 30 (trinta) dias**, informando, por mês de competência, nome, registro funcional, CPF e valor;

Entretanto, ressaltamos que:

- Conforme disposto nos normativos do Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil, mais especificamente na Resolução 5.028/22, todos os pagamentos realizados aos servidores devem ser creditados unicamente através de conta salário ou conta corrente se o servidor assim optar, não cabendo à Instituição Financeira verificar se houve saque ou não em determinado período.

- **A Prefeitura, ao exigir relatórios de valores que não movimentados nas contas dos servidores em um determinado período, está violando o sigilo bancário**, haja vista que não cabe ao empregador requerer informações acerca da movimentação bancária das contas de titularidades dos servidores.

Sendo assim, para que o edital fique em conformidade com a legislação vigente do CMN/BACEN e não viole o sigilo bancário, solicitamos a dispensa desses subitens e exclusão de seus correspondentes na minuta contratual.

FISCALIZAÇÃO

23) Considerando que a presente licitação visa a contratação de instituição financeira e que esta deve assegurar o sigilo bancário, nos termos da lei e conforme previsto no próprio edital, está correto o entendimento de que o previsto no subitem 9.3 da minuta contratual limitar-se-á ao escopo do contrato e respeitarão o sigilo bancário, nos termos da Lei Complementar nº 105/2021?

DEMAIS QUESTIONAMENTOS

24) Solicitamos que as respostas que impliquem em modificação ou exclusão do previsto no edital sejam também aplicadas para a minuta contratual.

25) A referida licitação e seu respectivo edital foram publicados, com, pelo menos, 08 (oito) dias úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes, respeitando o prazo legal previsto no art. 4º, inciso V da Lei 10.520/02?

26) Houve alguma alteração/aditamento ao Edital após sua publicação? Em caso positivo, solicitamos disponibilizar cópia para consulta.

27) Houve apresentação de impugnação e/ou pedido de esclarecimentos por algum interessado? Em caso positivo, solicitamos disponibilizar cópia para consulta.

Solicitamos que as respostas sejam encaminhadas para os e-mails:

karla.rocha-santos@itau-unibanco.com.br

silva.antonio@itau-unibanco.com.br



licitacaoitau@itau-unibanco.com.br

leticia.casado@itau-unibanco.com.br

Diante do princípio da ampla publicidade da fase externa da licitação, solicitamos que as perguntas aqui formuladas e as respostas a serem fornecidas por V.Sas. sejam disponibilizadas a todos os interessados.

Nossas observações visam oferecer condições de participação ao maior número de empresas, cumprindo, assim, o objetivo do procedimento licitatório, qual seja: propiciar a concorrência, buscando a proposta mais vantajosa para a administração.